



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DGS

RELATORIA: DGS

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 108/2022

OBJETO: ANULAÇÃO DO TAR N° 300 DA EMPRESA LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50500.015366/2021-53

PROPOSIÇÃO PRG: PARECER N° 00247/2022/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de proposta, formulada pela Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS), de extinção, mediante anulação, do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR n° 300, de titularidade da empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA., em razão de descumprimento ao disposto no art. 9° da Resolução n° 4.770, de 25 de junho de 2015.

2. DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

A referida proposta lastreia-se nos seguintes fatos e argumentos, contidos no RELATÓRIO À DIRETORIA N° 372/2022 (SEI 12427945), em síntese:

2.1. Por meio do Requerimento n° 78298/2019 (5425478), de 05/11/2019, encaminhado por meio do Sistema de Habilitação de Transporte de Passageiros - SISHAB, a empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ n° 26.425.841/0001-34, solicitou o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR para prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo de passageiros.

2.2. Naquela ocasião, a documentação foi aprovada e a interessada foi autorizada a prestar o serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização, conforme consta na Deliberação n° 1.069, de 17 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U. n° 245, de 19 de dezembro de 2019 (5425942).

2.3. Ocorre que, em momento posterior à edição do ato, foi realizada consulta à documentação enviada pela autorizatória e verificado que o capital social indicado na cláusula segunda da primeira alteração contratual da empresa é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), o que está em desacordo com o disposto no art. 9°, da Resolução n° 4.770, de 25 de junho de 2015.

2.4. No entanto, considerando que a empresa não foi comunicada da pendência à época da análise da documentação, para que houvesse possibilidade de convalidação, foi realizada notificação por meio do Ofício SEI n° 4910/2021/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT (5425665) a respeito da inconsistência e do prazo de 60 (sessenta) dias úteis para saneamento, sob pena de anular o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR n° 300, concedido à transportadora para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

2.5. A empresa se manifestou por e-mail (7533821), alegando que somente possui um veículo para a operação, que está paralisado a um ano e meio, dada a situação da pandemia e suspensão das aulas presenciais, bem como não possui capital social de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para esta finalidade.

(...)

3.2. Nesse sentido, a Resolução ANTT n° 4.770/15 prevê que um dos requisitos necessários para a concessão de TAR é a comprovação de capital social integralizado mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a depender da frota a ser cadastrada, de modo que o capital social indicado no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) é incompatível com a regulamentação em foco.

3.3. Sabe-se que, conforme a Súmula 473 do STF, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

3.4. A Resolução ANTT n° 4.770/15 também previu as formas de extinção da autorização e versou sobre a anulação do ato de delegação, conforme se transcreve a seguir:

"Art. 59. Extingue-se a autorização por:

I - plena eficácia do Termo de Autorização;

II - revogação;

III - renúncia;

IV - anulação;

V - falência; ou

VI - extinção da autorizatória.

Parágrafo único. A extinção da autorização importará impedimento da continuidade da prestação dos serviços, e a transportadora não fará jus a qualquer indenização.

[...]

Art. 62. Quando se verificar vício de legalidade no ato de delegação, a ANTT deverá declarar a sua nulidade, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. Não acarretando lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados."(grifos nossos)

3.5. O próprio ato autorizativo (5425942), indicou em seu art. 3º:

"Art. 3º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório".

3.6 Dessa forma, verificou-se que à época da publicação do ato que concedeu o Termo de Autorização, a empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA não reunia todos os requisitos necessários para a obtenção dessa autorização, não cumprindo o previsto na Resolução ANTT nº 4.770/15 para obtenção do TAR.

3.7. Quanto aos argumentos apresentados, em relação à pandemia, a Resolução nº 5.893/2020 dispôs sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19 e não houve excepcionalidade quanto ao capital social. Além disso, todas as medidas excepcionais adotadas pela ANTT já foram revogadas pela Resolução nº 5.973, de 21 de março de 2022.

3.8. Dentre as possibilidades de extinção da autorização, considerando que a empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA não reunia todos os requisitos necessários para a obtenção dessa autorização quando o ato foi publicado e que os argumentos apresentados pela interessada não são suficientes para a convalidação, resta o dever de anular o Termo de Autorização, pela constatação de que houve descumprimento aos requisitos previstos pela Resolução ANTT nº 4.770/15 para obtenção do TAR.

Com o escopo de se conferir segurança jurídica à decisão do Colegiado, por meio do DESPACHO DGS 12817206 consultou-se a Procuradoria Federal Junto à ANTT quanto à juridicidade da proposta formulada pela SUPAS, bem como sobre a regularidade do procedimento adotado.

Em resposta à referida consulta, sobreveio o PARECER Nº 00247/2022/PF-ANTT/PGF/AGU (SE13336231), devidamente sancionado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO Nº 00196/2022/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI 13336720). No aludido parecer foi lançada a seguinte conclusão:

19. Diante do exposto, conclui-se esta PF/ANTT no sentido de recomendar a Diretoria Colegiada da ANTT que adote, reitere-se, as medidas necessárias visando anular o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 300, deferido ilegalmente a empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, em razão de notório descumprimento às normas de regência, em especial, ao disposto no art. 9º da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, sobretudo por malferir o regime de autorização implantado pela Lei nº 12.996, de 2018, bem como disciplinado pela Resolução ANTT nº 4.770/2015.

20. Recomenda-se, outrossim, sejam os autos encaminhados a Corregedoria desta Agência a fim de apurar eventual reponsabilidade dos servidores pela prática de atos irregulares quando do deferimento ilegal do TAR nº 300 a favor da empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Assim, restou atestada pela PF-ANTT a juridicidade da proposta, formulada pela SUPAS, de anulação do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 300, de titularidade da empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Diante do exposto, e considerando as manifestações técnicas e jurídicas citadas, cujos argumentos ora são adotados e passam a integrar este ato, nos termos do artigo 50, VIII, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, entendo presentes os requisitos para que se promova a extinção, mediante anulação, do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 300, de titularidade da empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Por fim, nada obstante até o momento não tenha sido apontado nos autos nenhum elemento material que indique a prática de irregularidades por servidores da Agência, em atenção à recomendação contida no item 20 da conclusão do sobredito parecer, deverá a SUPAS, tão logo concretizada a anulação objeto deste processo, encaminhar os autos para a Corregedoria, a fim de que o referido órgão correccional, nos termos do artigo 25, II, do Regimento Interno, verifique se há elementos para instauração de um dos procedimentos listados do inciso IV do mesmo artigo 25 da Norma Regimental.

3. DA PROPOSIÇÃO FINAL

Com estas considerações, **VOTO** por aprovar a extinção, mediante anulação, do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 300, de titularidade da empresa LIMATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA., em razão de descumprimento ao disposto no art. 9º da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015., nos termos da anexa MINUTA DE DELIBERAÇÃO DGS 13685029.

Brasília, 10 de outubro de 2022.

GUILHERME THEO SAMPAIO

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO**, **Diretor**, em 10/10/2022, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13684985** e o código CRC **4E13D53F**.

Referência: Processo nº 50500.015366/2021-53

SEI nº 13684985

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br